

A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional

Clayton M. Cunha Filho^{1*}
João Paulo S. L. Viana*

Uma das abordagens mais recorrentes da ciência política acerca da Bolívia tem sido sua frequente instabilidade política e suposta falta de institucionalização adequada, combinadas ou não com as perspectivas ou sua ausência de consolidação democrática no país (ver, por exemplo, CRABTREE; WHITEHEAD, 2001; GUIMARÃES ET AL., 2005). O *Failed States Index*, elaborado anualmente pela revista *Foreign Policy*, por exemplo, coloca a Bolívia em 2010 como o 53º Estado mais fracassado do mundo com uma pontuação de 84,9¹ e o estudo clássico feito por James Malloy (1970) acerca da Revolução de 52 considera como seu principal fracasso a incapacidade de construir uma institucionalidade sólida. Desde a inde-

* Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), ex-Iuperj. Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA/IESP-UERJ) e do Observatório das Nacionalidades (ON/UFC).

* Mestrando em Relações Internacionais na América do Sul pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA-RJ). Professor da Faculdade de Rondônia (FARO) e da União das Escolas Superiores de Rondônia (UNIRON). Pesquisador do Observatório das Nacionalidades (ON/UFC).

¹ Quanto menor o número, mais bem-sucedido e estável é o país. A Noruega, por exemplo, classificada pelo mesmo índice como o Estado mais bem-sucedido, tem uma pontuação de 18,7 e a Somália, o mais fracassado, tem um índice de 114,3.

pendência aos dias atuais, 83 presidentes chegaram ao poder, dos quais 36 duraram menos de um ano (ver MESA GISBERT, 2006; SIVAK, 2008) e guerras contra países vizinhos acarretaram ao longo dos anos em perdas territoriais significativas, como a saída ao mar para o Chile na Guerra do Pacífico (1878-83), o território do Acre para o Brasil (1899-1902) e a região do Chaco Boreal ao Paraguai (1932-35). De ocupação geográfica central no continente e possuidora de cinco tríplices fronteiras, a Bolívia possuiria um papel natural no processo de integração sul-americano que é, no entanto, frequentemente frustrado em suas promessas por essa instabilidade e por feridas mal cicatrizadas do passado.

De fato, em 2005 a Bolívia parecia viver “uma crise que se recusa a ceder” (GUIMARÃES ET AL., 2005), retratando o ápice de uma crise de hegemonia no modelo político de Democracia Pactuada inaugurado após a redemocratização. Após um período de caos e instabilidade, evidenciado pelas “guerras” da água e do gás e o total de quatro presidentes em cinco anos, o quinquênio 2000-2005 chegou ao fim com a eleição de Evo Morales à presidência pelo Movimento ao Socialismo – MAS. A chegada ao poder de seu primeiro presidente indígena abriu caminho em direção a uma nova ordem institucional e despertou a expectativa da maioria absoluta dos bolivianos, que observa nele a liderança política capaz de encabeçar o processo de mudança.

A promulgação da nova constituição do com ela rebatizado Estado Plurinacional da Bolívia² em 07 de fevereiro de 2009 marca um importante momento do “*proceso del cambio*” promovido pelo governo de Evo Morales. Por um lado, pode ser visto como o desfecho favorável desta que sem dúvidas figurou entre as principais demandas do movimento social contemporâneo no país e entre as prioridades políticas do governo após longo e conturbado percurso (ver, por exemplo, CUNHA FILHO, 2008; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2008). Por outro, representa apenas uma condição necessária, o início de um possivelmente ainda mais longo

² Anteriormente República da Bolívia.

processo de construção estatal que, esperam seus promotores, poderá dotar a Bolívia de um Estado sólido e funcional ou, nas palavras do próprio Morales, “um Estado de verdade” (apud. SIVAK, 2008).

Este texto se propõe precisamente a analisar mais de perto o fenômeno da instabilidade política boliviano, entendendo-o como um sintoma da maneira como o Estado boliviano foi construído e que uma vez superado poderia destravar o imenso potencial do país nos processos de integração regional. Num contexto de fragmentação política, econômica e social, fundada na exploração de riquezas minerais pelo colonizador espanhol, no domínio oligárquico expresso pela concentração da terra na mão de poucos e no preconceito e exclusão do indígena pela minoria branca, a partir do início do século XXI a Bolívia defronta-se com a emergência de um novo modelo político de inclusão, baseado, sobretudo, na participação popular e na ampliação dos direitos sociais e políticos às comunidades indígenas originárias e na retomada e atualização do projeto social e econômico ensaiado pela Revolução de 52. Para tanto, começamos nossa análise pelo período da redemocratização e seu modelo de Democracia Pactuada que, ao contrário do foco recente na crise e no caos, recebeu elogios por sua estabilidade e governabilidade (ver, por exemplo, HOFMEISTER, 2004) até seu colapso por muitas das mesmas razões pelas quais era inicialmente saudado (ver PACHANO, 2006). Em seguida retrocedemos no século XX boliviano analisando alguns pontos-chave da construção do Estado no país e sua incapacidade de enraizar-se de maneira e estável para, por fim, concluir tecendo algumas considerações sobre a natureza do Estado na Bolívia e como as tentativas por sua refundação nos governos de Evo Morales afetam o tema.

1. Democracia Pactuada, ajuste neoliberal e crise hegemônica

Após confuso e tenso processo de saída da ditadura militar no final dos anos 1970 e início dos 1980 (ver DUNKERLEY, 1984; WHITEHEAD, 1986), a Bolívia finalmente retorna à democracia em 1982 com Hernán

Siles Suazo que no que pese o seu rotundo fracasso econômico, faz um governo marcado pela busca da consolidação das instituições democráticas e que deixa como legado uma reforma constitucional, mudanças nos critérios de nomeação de ministros para a Corte Suprema de Justiça, a criação de um tribunal constitucional e, sobretudo, modificações substanciais na lei eleitoral, o que garantiria a efetivação de eleições justas, diminuindo drasticamente a fraude e a corrupção eleitoral.

O amadurecimento da democracia boliviana pode ser observado na passagem regular da faixa presidencial de Siles Suazo a Paz Estenssoro, em 1985, até a transição entre Sanchez de Lozada e Hugo Banzer, em 1997. Durante esse período, os governos se sucederam normalmente, sem qualquer ruptura institucional³ e se inaugurava o período conhecido como “Democracia Pactuada”, devido ao fato de que os presidentes se elegiam a partir de maiorias menores que a absoluta de votos (ou mesmo com uma minoria destes, ver Tabela 1) e governavam a partir de acordos entre os partidos no Congresso, chegando o regime boliviano do período a ser por isso classificado pela Ciência Política como de semipresidencialismo.

Tabela 1: Resultados Eleitorais Pós-redemocratização (1982-2005)							
	1980*	1985	1989	1993	1997	2002	2005
Candidato Eleito	Hernán Siles Zuazo	Victor Paz Estenssoro	Jaime Paz Zamora	Sánchez de Lozada	Hugo Bánzer	Sánchez de Lozada	Evo Morales
(Partido)	(UDP)	(MNR) ^a	(MIR) ^b	(MNR)	(ADN)	(MNR)	(MAS)
Votação Nacional	38,74%	30,36%	21,82%	35,55%	22,26%	22,46%	53,74%
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em MESA GISBERT, 2006.							
* Devido ao golpe militar encabeçado por Luis García Meza, o presidente eleito somente tomaria posse em 1982.							
^a Segundo colocado no sufrágio popular.							
^b Terceiro colocado no sufrágio popular.							

³ Poucas tentativas de golpes foram registradas nesse período. Um dos episódios mais conhecidos é o sequestro de Siles Suazo em 1985, encabeçado por militares. Entretanto, a tentativa golpista não logrou êxito e os militares golpistas acabaram presos.

Além da normalização nas sucessões democráticas, o período é também fortemente marcado pelo forte ajuste neoliberal executado por Paz Estenssoro em 1985. Iniciado com a promulgação do decreto 21.060, ele encerrava um ciclo de políticas econômicas e estruturais iniciadas com a Revolução de 52 que havia evoluído para uma situação de disfuncionalidade e caos econômico. De imediato, a busca pela estabilidade monetária e o controle inflacionário eram os principais pontos a serem alcançados através de medidas para a redução do déficit fiscal e dos gastos estatais, a efetivação de uma reforma tributária e a abertura econômica, além da substituição do peso pelo boliviano, como nova moeda do país. As medidas adotadas permitiram a reaproximação do país com o FMI, o que acarretou diretamente na reabertura de crédito e na possibilidade de novos acordos para a renegociação da dívida externa.

As mudanças estruturais na economia foram acompanhadas pelo colapso na cotação mundial do preço do estanho, o que acarretaria na queda dos salários e no aumento do desemprego. Em agosto de 1986, a demissão de milhares de trabalhadores da estatal COMIBOL daria início a uma nova crise. Milhares de mineiros marcharam de Oruro a La Paz reivindicando a permanência no emprego. Num clima de tensão, o governo decretaria estado de sítio, enviando o exército para conter a multidão. Após muita negociação, os mineiros cederam às medidas governamentais evitando o confronto direto com as tropas militares. O episódio marca o declínio do movimento sindical boliviano, dando impulso a outras formas de organização de cunho étnico e corporativo, como entidades de camponeses indígenas até os comitês cívicos regionais.

Do ponto de vista econômico, o ajuste estrutural iniciado por Paz Estenssoro, mantido pelos sucessivos governos e aprofundado por Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), obteve sucesso no controle da inflação e estabilização macroeconômica, mas resultou em um baixo crescimento médio e em baixa geração de emprego e renda que foram incapazes de dar resposta à crônica pobreza e desigualdades do país, tendo-os mesmo em grande medida aprofundado. O sistema, tão aclamado por sua estabilidade

e capacidade de gerar governos a partir de consensos entre os principais partidos (ver HOFMEISTER, 2004) começa a dar sinais claros de incapacidade de processar as demandas sociais e mesmo de incompatibilidade aguda com sua sociedade civil a partir do governo de Hugo Banzer (1997-2001). O aumento nos conflitos sociais, em especial com os sindicatos coqueiros pelo aumento na repressão e erradicação de cocais, e o episódio conhecido como Guerra da Água de 2000, que forçou o governo a reverter a privatização do sistema de abastecimento de água de Cochabamba devido à pressão popular marcam o início de uma grave crise hegemônica no modelo de Democracia Pactuada que levaria cinco anos por começar a solucionar-se.

Motivada pela privatização do sistema de abastecimento d'água da cidade de Cochabamba a um consórcio liderado pela empresa californiana Bechtel, durante a presidência constitucional de Hugo Banzer, a Guerra da Água consistiu de amplos protestos que uniram diversos setores sociais (agricultores, ambientalistas, trabalhadores urbanos, setores da classe média, associações de vizinhos, estudantes, sindicatos de professores entre outros) em torno da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.

Após violentos confrontos com as forças de segurança, a Coordenadora obteve a reversão do projeto de privatização, mas, para além da vitória dos movimentos então sublevados frente ao Estado, sinalizando o início de um processo de enfraquecimento cada vez maior da ordem instaurada em 1985, o caráter mais importante da Guerra da Água reside no fato de que começou ali um processo de consolidação de uma agenda política alternativa ampla. Agenda que, no decorrer da conturbada conjuntura que atingirá seu ápice em 2003 e prosseguirá até pelo menos as eleições antecipadas de 2005, logrará aglutinar aos diversos setores descontentes em um projeto contra-hegemônico de alcance nacional.

Um importante elemento de aglutinação das massas que participaram do movimento foi o caráter transversal do elemento em disputa, a água e seus custos, afetando igualmente a todos como uma espécie de salário indireto para além das diferenças de classe e ocupação dos setores que o compuse-

ram (GARCÍA LINERA, 2008a, p. 299; VARGAS; KRUSE, 2000). Além disso, em alguns momentos a Coordenadora chegou a controlar o poder e a soberania territorial *de facto*, atuando como uma espécie de protoestado alternativo (ainda que limitado) que operava através de formas próprias de legitimidade como assembleias abertas, ação política direta etc. Isto levou seus membros ao longo da radicalização do movimento no embate contra o Estado constituído a extrapolar as demandas pela reversão da privatização da água (demandas defensivas, de restauração do *status quo ante*) por demandas políticas de criação de novos direitos e alteração da institucionalidade (demandas ofensivas) cujo ápice seria a convocação de uma Assembleia Constituinte (GARCÍA LINERA, 2008a; HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2008; VARGAS; KRUSE, 2000).

Embora a bandeira de convocação de uma constituinte remonte à histórica Marcha por Território e Dignidade empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas do oriente de Trinidad a La Paz em 1991, foi a partir da Guerra da Água que a demanda começou a se consolidar como um elemento central dos setores descontentes. Já nas eleições presidenciais seguintes, de 2002, a demanda seria parte importante da agenda eleitoral, seja como promessa de campanha ou negação de sua necessidade pelos candidatos em disputa, e no ano de 2003 atingiria sua consolidação definitiva na próxima guerra, a do gás.

A importância da Guerra da Água na construção da conjuntura que permitiria a ascensão de Evo Morales e do MAS é inegável ainda que ambos não tenham tido nenhum papel de especial destaque naquele protesto específico. O caráter “didático” da vitória frente ao governo serviu de estímulo aos cocaleiros em sua resistência contra as políticas de erradicação da coca, reforçadas, como nunca antes, durante o mandato Banzer – Quiroga⁴ (1997-

⁴ Convalescente de um câncer no pulmão, Hugo Banzer renunciou à presidência em 2001 e foi substituído por seu vice, Jorge Quiroga, que concluiu o mandato.

2002), através de bloqueios de rodovias que se repetiram várias vezes entre 2000 e 2003. Outros movimentos sociais independentes (e por vezes mesmo rivais do MAS), como os aimarás liderados por Felipe Quispe no altiplano de La Paz, também seguiam o exemplo bloqueando em ações por vezes (mais ou menos) coordenadas com os cocaleiros do Chapare, por vezes independentes, mas cada vez mais frequentes que deixavam clara a situação de profunda crise política por que passava o país.

Quando das eleições de 2002, Morales era já um líder político importante no país e sua quase vitória naquelas eleições (obteve 20,94% dos votos frente aos 22,46% do ganhador) confirmou sua posição pivotal bem como a de seu partido (MAYORGA, 2007). Quando, em 2003, estourou a Guerra do Gás, Morales e o MAS tampouco a lideraram, mas puderam colher os frutos de mais uma importante acumulação dos setores populares e canalizar posteriormente as energias de protesto e indignação através dos canais institucionais de transformação política (HYLTON; THOMSON, 2007).

A Guerra do Gás de 2003 marca o auge dessa conjuntura de efervescência revolucionária na interpretação de Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e de James Dunkerley (2007); de descolamento entre poder constituinte e poder constituído, segundo Luis Tapia (2008); de empate catastrófico, segundo Álvaro García Linera (2008b); de instabilidade institucional, segundo Fernando Mayorga (2007). Como quer que se queira chamá-la, o mais importante e inegável é que o conflito marca um ponto de inflexão definitivo na política boliviana pós-democratização, o colapso dos partidos políticos tradicionais até bem pouco tempo dominantes no monopólio da representação e intermediação política e a consolidação de um projeto político alternativo de ampla convocatória cristalizado na Agenda de Outubro (em referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada) e que mais tarde seria apropriado pelo MAS e pelo governo de Evo Morales: nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

Além disso, o *modus operandi* dos atores repetiu, em grande medida,

os acontecimentos da Guerra da Água (ações decididas em assembleias de participação aberta, atuação em redes flexíveis, intervenção direta e inclusive a criação de um Coordenadora pela Defesa e Recuperação do Gás), atestando a importância didática daquele evento na conformação dos novos horizontes do possível no atuar político boliviano. Além disso, certamente, o caráter vitorioso daquela jornada de lutas deve ter alimentado o moral dos “guerreiros do gás” a avançar até a vitória como os da água que os precederam.

A Guerra do Gás fora antecedida em fevereiro de 2003 por um motim policial motivado pela criação pelo governo de novos impostos destinados a cobrir o déficit orçamentário e que terminou em confrontos entre a polícia e o exército com saldo de 29 mortos, 205 feridos, a suspensão dos impostos criados, o apedrejamento do palácio presidencial e o incêndio da sede da vice-presidência por populares e o aumento da sensação de falta de legitimidade do novo governo eleito apenas alguns meses antes.

Em setembro de 2003, o princípio do fim veio em protestos simultâneos contra a prisão de um líder indígena acusado de assassinato, contra a erradicação de cocais na região de Yungas e contra impostos municipais em El Alto, todos incluindo bloqueios de rodovias e barricadas que deixaram a capital e quase todo o departamento de La Paz incomunicáveis. Ao mesmo tempo, rumores de que o governo estava por concretizar acordos de exportação do gás natural aos EUA através de portos chilenos começaram a circular e demandas pela suspensão dos acordos e pela industrialização do gás na própria Bolívia começaram a ser agregadas ao caldo de cultura de descontentamento que se formava. Quando o ministro da Defesa, Carlos Sánchez Berzaín, conhecido como “a raposa”, ordenou o envio das forças armadas em 20 de setembro para “libertar” um grupo de turistas que ficara ilhado pelos bloqueios de estradas em Sorata, causando a morte de 4 camponeses, estavam criadas as condições para a eclosão da Guerra do Gás.

Os protestos foram se radicalizando, com chamadas à ocupação de terras pelo Movimento Sem-Terra boliviano, a conclamação de greve geral pela Central Operária Boliviana (COB), novos bloqueios de estradas no departa-

mento de La Paz e no departamento de Cochabamba e pedidos de renúncia do presidente e cancelamento dos planos de exportação do gás via Chile. A decisão do governo de utilizar a força para romper os bloqueios e dispersar os protestos foram deixando mortos e feridos. Em vez de conseguir dissipar o movimento e restabelecer a ordem, fazia com que aumentasse a fúria popular contra o presidente e a radicalização dos protestos. Novamente, configurava-se uma rede de protesto ampla na qual, apesar da Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) e a Central Operária Regional (COR) de El Alto poderem, com alguma credibilidade clamar para si algum papel de destaque, nenhum grupo tinha efetivamente liderado os protestos. Trabalhadores fabris, mineiros, camponeses, indígenas, cocaleiros, classe média e mesmo alguns setores das Forças Armadas que nos momentos finais da Guerra do Gás se recusaram a seguir as ordens do presidente e utilizar força letal para deter os mineiros que marchavam rumo à capital tiveram papel importante no movimento em ações muitas vezes espontâneas e descoordenadas e sem uma liderança de vanguarda a orientar os próximos passos. Quando Sánchez de Lozada finalmente renunciou em 17 de outubro, deixou um saldo de 112 mortos em 14 meses de governo e o fim efetivo (se ainda não o oficial) do sistema político inaugurado em 1985 por Paz Estenssoro.

É possível especular, dada a magnitude dos eventos de outubro de 2003, que o desfecho não tenha sido uma “revolução clássica”, com a tomada de poder pelas massas insurrectas por dois fatores principais. Em primeiro lugar, pela presença de um vice-presidente, Carlos Mesa, que já havia demarcado sua distância do presidente antes do desfecho final e que, por sua trajetória intelectual e por não ser filiado a nenhum partido político, podia clamar com alguma credibilidade representar uma alternativa viável de transição institucional com mudança significativa. E em segundo lugar, pelo papel jogado por Evo Morales e pelo MAS, com sua respeitável bancada de 35 congressistas (27 deputados e 8 senadores) e que, ao longo das jornadas de outubro, atuou como um elemento moderador de apoio à institucionalidade democrática em uma provável estratégia de médio prazo em que se antevia como o herdeiro natural dos votos de descontentes nas

próximas eleições.

Conforme analisado pelo cientista político Fernando Mayorga (2007), o MAS tem por marca um discurso radical que lhe permite colher os frutos das conjunturas de protestos, colocando-se de maneira bem-sucedida como uma espécie de representante dos movimentos sociais e de suas demandas dentro do Estado, ao mesmo tempo em que tem uma atitude prática pragmática e bem mais moderada que sua retórica que lhe permite encaixar-se dentro do processo institucional. Assim, quando da renúncia de Sánchez de Lozada, Morales e o MAS colocaram-se a favor da transição constitucional do mando presidencial ao então vice, Carlos Mesa, exigindo-lhe no entanto a atenção das demandas da Agenda de Outubro.

A aliança tácita entre Mesa e Morales (MAS) garantiu-lhe apoio político suficiente para o início de seu governo sem o respaldo de uma máquina partidária própria e a barganha de cargos entre a base de apoio no congresso, fato inédito até então, e certa trégua inicial com os movimentos sociais que haviam participado de uma ou outra forma da recente Guerra do Gás. O tema da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos e da convocação da Assembleia Constituinte mobilizavam amplos debates ao longo do país. Mesa, que havia prometido cumprir com as demandas da Agenda de Outubro em seu discurso de posse, mudara um pouco de atitude com relação aos temas, adotando posições mais moderadas. Em fevereiro de 2004, promulgou uma reforma constitucional que incorporava alguns mecanismos de democracia participativa, como a convocação de referendos, e se bem incorporava no texto constitucional a possibilidade e os procedimentos para a convocação de uma constituinte, não chegou a propriamente convocá-la. E utilizando-se do novo mecanismo de referendo recém-constitucionalizado, Mesa convocou para julho uma consulta vinculante sobre o tema dos hidrocarbonetos que não contemplava a possibilidade de nacionalização dos mesmos, o que, segundo ele, seria tecnicamente inviável e afugentaria investidores estrangeiros do país.

O referendo convocado continha cinco perguntas. A primeira indagava sobre a necessidade de alterar a lei de hidrocarbonetos; a segunda sobre

o Estado ter direitos sobre os hidrocarbonetos após sua extração do solo; a terceira sobre a necessidade de restabelecer a estatal YPFB como controladora da cadeia de exploração do setor; a quarta se o Estado deveria utilizar o gás como estratégia para recuperar sua saída soberana ao mar; e a quinta sobre se o gás deveria ser exportado mediante o pagamento pelas multinacionais de impostos de 50% sobre os lucros e com o investimento dos recursos arrecadados em saúde, educação e infraestrutura. Muitas das organizações que participaram da Guerra do Gás (FEJUVE, COB, Coordenadora...) chamaram ao boicote puro e simples do referendo, enquanto Morales e o MAS chamaram ao voto “Sim” às três primeiras perguntas e ao “Não” às duas últimas. O resultado foi uma abstenção de cerca de 40%, dando argumentos aos que pregaram o boicote para se julgarem fortalecidos, a vitória do “Sim” a todas as cinco perguntas, dando argumentos de vitória ao presidente Mesa, e uma quantidade significativamente menor de votos pelo “Sim” nas últimas duas perguntas, confirmando o poder de convocatória do MAS (ver MAYORGA, 2007). A postura do presidente frente ao tema, entretanto, ocasionou o rompimento da trégua concedida pelos movimentos sociais e da aliança tácita com o MAS, ocasionando o retorno de protestos e bloqueios em 2005.

Em janeiro, capitaneados pela FEJUVE, os habitantes de El Alto forçaram a revogação do contrato de fornecimento de água com a francesa Suez e bloqueios foram retomados em março diante das tentativas do presidente em adiar a saída da companhia, desta vez contando com o auxílio dos coqueiros e outros movimentos de Cochabamba. Diante de um país novamente paralisado, Mesa anunciou sua renúncia, rejeitada pelo Congresso controlado pela direita, e obteve um fortalecimento momentâneo diante de elites regionais que começavam a reagir e se reagrupar sob a bandeira de autonomias departamentais⁵ e em rejeição à Agenda de Outubro. Fortale-

⁵ O Estado boliviano, desde a independência e fundação da República, sempre foi marcado pelo extremo centralismo administrativo. Com a deficiente infraestrutura com que conta-

cimento que se mostrou uma vitória de Pirro, já que provocou também o reagrupamento da esquerda boliviana e de grupos e líderes muitas vezes rivais, como Morales e o ex-presidente da Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e líder do Movimento Índigena Pachakuti (MIP), Felipe Quispe.

Ao mesmo tempo, discutia-se no Congresso a aprovação da nova Lei de Hidrocarbonetos nos termos do resultado do referendo do ano anterior e aprovou-se, sob forte pressão popular e com a atuação parlamentar do MAS, uma versão diferente ao anteprojeto enviado pelo presidente, que em seguida recusou-se a sancioná-la. Novos protestos massivos exigindo a nacionalização do Gás seguiram-se ao longo do mês de maio e início de junho e Mesa renunciou de vez no dia 7 de junho. Diante de uma linha sucessória que contemplava o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez (MIR), seguido pelo presidente da Câmara, Mario Cossío (MNR), ambos amplamente rejeitados pelo conjunto de movimentos sociais sublevados, os protestos seguiram contra a sucessão de ambos. O país permaneceu acéfalo até que em 9 de junho tanto Vaca Díez quanto Cossío renunciaram a assumir a presidência, entregue então ao presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodríguez Veltzé, a quem caberia convocar eleições antecipadas para dezembro do mesmo ano.

va (e em grande medida ainda conta) o país, muitas regiões permaneceram durante muito tempo sob grande isolamento do resto do território, o que por um lado explica parte do recorrente drama boliviano de perda de territórios para os países vizinhos e por outro fez com que a bandeira de maior autonomia administrativa contasse sempre com importante respaldo popular em diversas regiões. Diante da ofensiva popular entre os anos 2000-2005, as elites regionais de Santa Cruz (departamento economicamente mais dinâmico do país), politicamente na defensiva, voltaram a se agrupar e recuperar terreno sob essa bandeira, culpando o centralismo do país por seu subdesenvolvimento e exigindo autonomia para os departamentos, no que ficou conhecido como Agenda de Janeiro (em contraposição à de Outubro já citada). Sobre o histórico das polêmicas sobre a autonomia e suas consequências, ver BARRAGÁN, 2008 e ROCA, 2008. Sobre como a autonomia se tornaria a principal bandeira de mobilização contra o governo Morales, ver CUNHA FILHO, 2008 e 2010.

Convocadas as eleições, ganhou Evo Morales com inéditos quase 54% (ver Tabela 1) e obteve a maioria absoluta da Câmara de Deputados (73 deputados de 130) e a segunda maior bancada no Senado (12 senadores de 27), confirmando o MAS como o partido mais importante do país e, a essa altura, o único com real enraizamento em todo o território nacional, garantindo-lhe o papel central que hoje ocupa no processo de redefinição institucional do país e que recoloca reais de possibilidades de consolidação de uma nova hegemonia política no país. Mas antes de analisar com mais detalhes o processo de transformação institucional em curso, convém fazer uma pequena digressão e analisar algumas conjunturas históricas que de certa forma seguem influenciando decisivamente o atual momento.

2. A construção do Estado na Bolívia: idas e vindas

O sociólogo René Zavaleta Mercado, certamente o maior intelectual boliviano do século XX, descrevia a Bolívia como uma *sociedade abigarrada*⁶, composta por muitas sociedades e civilizações justapostas, com tempos socioeconômicos distintos e onde nenhuma é capaz de impor-se completamente sobre as outras. A maneira pela qual se deu a colonização espanhola no que viria a ser a Bolívia explicaria parte da gênese desse abigarramento, pois apesar da brutalidade da conquista os espanhóis em grande medida se adaptaram a formas de governo e extração de excedente econômico das civilizações autóctones pré-existentes em vez de buscar reconstruir profundamente a colônia. Esse *modus operandi* teria sido seguido em suas linhas gerais após a independência e daí nasceria um “Estado sem nação”, mais aparente que real e incapaz de impor sua soberania em grande parte do território do qual era oficialmente o responsável (ZAVALETA MERCA-

⁶ Abigarrado, em espanhol, seria traduzido ao português como variegado, feito de retalhos justapostos. Como a tradução parece perder um pouco do sentido original, optamos por manter o termo no original.

DO, 1986). Essa ausência da nação e essa incapacidade de impor soberania sobre todo o seu território seriam, para Zavaleta, justamente as principais causas das perdas territoriais da Bolívia frente a seus vizinhos: por um lado, pela dificuldade prática de defender territórios que de fato não controlava; por outro, pela incapacidade de mobilizar a população na defesa militar de uma pátria que em grande medida não lhes pertencia.

Houve, no entanto, dois grandes momentos do século XX boliviano em que se tentou de alguma maneira romper essa lógica: o experimento do chamado Socialismo Militar nos anos 1930 e a Revolução de 1952, que não por acaso teve muitas de suas lideranças formadas naquele período anterior.

O Socialismo Militar (1936-39) é um desenvolvimento direto da Guerra do Chaco (1932-35) que, de acordo com René Zavaleta (1986) representou um “encontro com a nação” ao colocar em contato no fronte a bolivianos das mais diversas regiões e extratos sociais do país, proporcionando-lhes muitas vezes pela primeira vez uma noção de como era realmente a Bolívia. Indígenas, mestiços e brancos combateram lado a lado e regressariam da guerra com um sentimento comum de nação antes largamente inexistente e com ideais de justiça social e transformação política que teriam importantes consequências.

Daniel Salamanca, o presidente que levara o país à guerra, foi deposto pelo exército antes mesmo do fim da mesma em 1934, mas a era moderna de participação política do exército começaria mesmo em 1936 com o início do experimento reformista que ficou conhecido como Socialismo Militar. Uma junta de jovens oficiais do exército descontentes com a desmoralização imposta à corporação pela corrupção do alto oficialato e com os rumos do país e tendo o herói de guerra Germán Busch⁷ como seu principal líder anunciaram em 17 de maio que as forças armadas assumiriam o governo sob a presidência do coronel David Toro.

⁷ Busch foi, possivelmente, um dos únicos verdadeiros heróis bolivianos na Guerra do Chaco. Sua liderança e competência militar foram decisivas para a vitória boliviana na Batalha

Sob as presidências de Toro e posteriormente de Busch, o Socialismo Militar deixaria como legado um modelo marcado pela tentativa de maior participação estatal na economia e sociedade, a primeira nacionalização de hidrocarbonetos na América Latina em 1937 e a conformação da estatal YPFB, o primeiro código trabalhista do país e uma Constituição inovadora e socialmente avançada, a primeira a considerar a propriedade privada como um direito condicionado a sua função social, a reconhecer os direitos do trabalho e a garantir a propriedade do Estado sobre os recursos naturais do país (RODRÍGUEZ VELTZÉ, 2007).

Esse modelo político-social ensaiado no período, embora tenha sido posteriormente abortado com o suicídio de Busch em 1939 e a reversão por seu sucessor de grande parte das políticas implementadas, foi a primeira experiência política relevante de líderes como Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Suazo e Juan Lechín que moldariam parte significativa dos rumos da Revolução de 52, revolução essa que não por acaso retomaria e aprofundaria boa parte das experiências dos anos 1930.

No início dos anos 50, o Estado boliviano vivia uma crise multidimensional. O atraso do setor agrícola era acompanhado também pelo mínimo, quase nulo, sistema industrial, que detinha menos de 5% da população economicamente ativa. No plano educacional, 69% da população era composta por analfabetos em 1950. O triste retrato educacional se repetia em grande parte dos indicadores sócio-econômicos. A Bolívia “típico estado racista em que o camponês índio que não falava castelhano era controlado por uma pequena elite branca de língua castelhana, se baseava em última instância na violência mais do que no consenso” (KLEIN, 1984, p. 282).

A tomada do poder pelos revolucionários levou Paz Estenssoro e Siles

de Villamontes, em 1935, que freou a ofensiva paraguaia e evitou perdas territoriais ainda maiores para a Bolívia. Sua atuação no fronte colocou-lhe como líder nato do grupo de jovens oficiais que voltou da guerra com ânsias de reformar o país, mesmo com sua reconhecida falta de sofisticação intelectual e política (ver KLEIN, 1965, 1967, 2003).

Suazo à presidência e vice-presidência, respectivamente. Apesar da pressão popular por mudanças imediatas, os primeiros meses que se seguiram a abril de 1952 foram de cautela e negociação, mas o que a caracteriza como uma Revolução e não um simples *putsch* como tantos outros da história boliviana⁸ foi, primeiramente, o nível de participação popular (operária e indígena-camponesa) envolvida⁹ e em segundo lugar o alcance das medidas adotadas pelo novo governo revolucionário. A nacionalização das minas de estanho, a reforma agrária e a adoção do sufrágio universal decretados no primeiro governo de Paz Estenssoro (1952-56) tiveram efeitos transformadores que não devem ser minimizados, ainda que a vantagem de olhar em retrospectiva já sabendo dos insucessos futuros da revolução boliviana possa às vezes fazê-la parecer pálida em seu alcance frente às outras grandes revoluções do século XX.

As minas de estanho constituíam o núcleo central da economia boliviana de então e eram controladas por uma pequena oligarquia nucleada por Simón Patiño¹⁰, Carlos Aramayo e Mauricio Hochschild e conhecida popularmente como *La Rosca*¹¹. Controlar e diminuir o poder político da *rosca* tinha sido já, sem sucesso, parte importante da agenda política de Gualberto Villarroel e do socialismo militar de Toro e Busch, de modo que a concretização do feito apenas seis meses após a revolução (outubro de 1952) não é um acontecimento menor.

A reforma agrária concretizada em 1953 foi “uma das mais abrangentes

⁸ O que, tudo indica, era de fato o plano inicial do MNR. Ver DUNKERLEY, 1984; KLEIN, 2003; WHITEHEAD, 2003.

⁹ Tanto na participação e definição do levantamento através das milícias populares, quanto na pressão organizada e ações diretas espontâneas que definiriam o curso posterior do governo pós-revolucionário, especialmente em seus primeiros anos.

¹⁰ Simón Patiño chegou a ser um dos homens mais ricos do mundo em sua época e conta-se que teria sido a inspiração para o personagem Tio Patinhas, de Walt Disney.

¹¹ Por fazer o país girar em torno desse pequeno eixo oligárquico.

iniciativas de distribuição de terras conduzidas na região” (GRAY MOLINA, 2003, p. 349) e aboliu efetivamente o latifúndio e as práticas de *pongueaje* no altiplano ocidental e nos vales de Cochabamba¹², garantindo a posse da terra e inclusive permitindo a restauração de algumas comunidades indígenas.

E a concessão do sufrágio universal, embora provavelmente tenha sido implementada com o objetivo nada altruísta de garantir a futura hegemonia eleitoral do MNR com a incorporação das massas favorecidas por suas reformas, era então algo inédito na região. Cabe recordar que o Brasil, por exemplo, somente após a Constituição de 1988 reconheceria o voto de analfabetos. O fato de que as eleições conduzidas durante o regime do MNR (1956, 1960 e 1964) não tenham sido completamente limpas¹³ e de que seu governo tenha sido seguido por um longo período de ditaduras que se estenderia até 1982 obscurece um pouco a importância do feito, mas os precedentes para a consolidação da democracia eleitoral como fundadora da legitimidade dos governos radica sem dúvidas nesse período. O sufrágio universal instituído em julho de 1952 estabelecia um critério de igualdade entre todos os bolivianos através da cidadania, que se sem dúvidas era muito mais formal do que real graças às enormes desigualdades sociais que persistiam após a revolução, “há que se convir que a igualdade sempre começa por sua forma. A forma igualdade precede a condição igualdade” (ZAVALETA MERCADO, 1983, p. 4) e fornece muitas vezes uma espécie de pré-condição para demandas por igualdade efetiva. A abolição da “barreira mental” que separava, muitas vezes por autoexclusão, os indígenas camponeses analfabetos do resto dos cidadãos “de bem” não deve ser subestimada

¹² Embora, é verdade, o oriente do país tenha permanecido praticamente intocado pela redistribuição de terras e a formação de grandes latifúndios capitalistas tenha sido de fato incentivada pelo governo do MNR (e subsequentes).

¹³ Há diversos registros de pequenas fraudes, manipulações, intimidações etc. Ver DUNKERLEY, 2007, pp. 58-62.

como condição de possibilidade para os movimentos mais autônomos e radicais dessas massas posteriormente.

Além disso, não há como negar que o processo político atual levado adiante por Evo Morales e a Revolução de 1952 têm, *mutatis mutandis*, paralelismos importantíssimos já apontados por diversos autores (por exemplo, DO ALTO, 2007; DUNKERLEY, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007; ROCHA, 2006; SVAMPA; STEFANONI, 2007; ZANELLA ET AL., 2007). A Revolução de 1952 foi, afinal, um momento constitutivo cujas estruturas seguiram determinando em grande medida a forma de fazer política na Bolívia por muitos anos mesmo após a queda do MNR e representou o momento máximo do nacional-popular no país (TAPIA, 2002; ZAVALETA MERCADO, 1986), sendo impossível articular um projeto com algum contorno dessa tradição sem fazer referência (ainda que implícita) a esse acontecimento ou a suas consequências, o que nos leva de volta ao momento atual.

2. Conclusão

George Gray Molina (2008) descreve como a construção do Estado na Bolívia não foi, como costuma acontecer, fruto de um processo linear de expansão territorial da soberania de um núcleo pré-existente, mas sim um processo de negociação de limites e fronteiras da legitimidade da ação estatal frente a soberanias locais constituídas. Desse processo descontínuo que viria desde a colônia espanhola, teria resultado um “Estado com furos”¹⁴, que são preenchidos por caudilhos locais, ONGs, comunidades indígenas, sindicatos etc. que exercem muitas vezes funções protoestatais e se constituem em verdadeiras instâncias locais de poder. Para Gray Molina, existiria na Bolívia um pluralismo institucional *de facto* como resultado desses “fu-

¹⁴ “State with holes”, no original em inglês.

ros”, o que não significaria que o Estado abdica “completamente de exercer sua autoridade; em vez disso, ele se engaja em uma forma indireta de mando que envolve múltiplos agentes e parceiros locais” (2008, p. 112). No que ele chama de “força da fraqueza”, Gray Molina mostra como esse arranjo, por frágil que possa parecer, possui certa eficácia em diversos contextos e foi capaz de manter suficientemente coeso um país que por todas suas heterogeneidades étnicas e culturais e sua patente deficiência infraestrutural teria tudo para ter implodido em guerras civis ou movimentos secessionistas.

À colônia espanhola da Audiência de Charcas sucedeu-se a República da Bolívia independente de 1809¹⁵ sem que isto representasse maiores rupturas em termos de reestruturação social no país. O novo Estado independente permanecia extremamente restrito a alguns pequenos núcleos urbanos dependentes de uma economia de enclave mineiro e acordos de coexistência e tributação de terras indígenas sobre as quais não possuía maior controle e cujos membros não eram tidos como cidadãos ainda que fossem maioria no país. As ligações entre a capital, primeiro Sucre, depois La Paz, com muitas das regiões eram extremamente precárias ou inexistentes e por essa razão o controle do Estado sobre grande parte de seu território oficial era pouco mais do que virtual. Tentativas de dotar o Estado boliviano de maior eficácia e alcance foram, como já citado no relato de Gray Molina (2008), descontínuas e um dos frutos disso é a existência no país de certo senso comum douto que divide dicotomicamente os diversos presidentes do país entre um grupo de presidentes liberal-oligárquicos e outro de nacionalistas (MESA GISBERT, 2006, p. 97). No primeiro grupo, associado com valores europeus e ideias de progresso através do livre mercado, figurariam todos os presidentes do período da redemocratização pós-1985, além das ditaduras militares de René Barrientos e Hugo Banzer e a maioria dos presidentes

¹⁵ Data da proclamação da independência. A ela seguiram-se, entretanto, dezesseis anos de lutas contra o domínio espanhol até a conquista definitiva da independência em 1825.

pré-Guerra do Chaco. No segundo, associado com a defesa dos recursos naturais, a integração das classes populares e a recuperação do poder do Estado, presidentes como Germán Busch, David Toro, Juan José Torres e o legado da Revolução de 52.

De modo geral, é neste segundo grupo de governantes que se costumam buscar os momentos constitutivos¹⁶ mais importantes do *State building* boliviano e é inegável que qualquer análise séria do fenômeno no país não pode ignorar as marcas indeléveis de episódios como a Guerra do Chaco e o “Socialismo Militar” que lhe seguiu e da Revolução de 52 na conformação da Bolívia contemporânea. Mas tratar o grupo liberal-oligárquico como se não tivesse contribuído para a formação dos contornos do Estado boliviano contemporâneo, como muitas vezes é feito, seria uma simplificação grosseira e equivocada. Afinal, mesmo que fosse verdade que não tenham feito nada pela construção do Estado, essa suposta inação carregaria consequências importantes para a conformação do fenômeno do “Estado com furos” descrito por Gray Molina (2008) e o não-fazer deliberado é também ele um tipo de ação orientada por determinados valores e conceitos, de modo que também nessa tradição do pensamento e fazer político da Bolívia é necessário buscar momentos constitutivos importantes, como as reformas

¹⁶ René Zavaleta considerava que o presente político podia ser muito melhor explicado através da inquirição de sua origem histórica que pela descrição de suas instituições e atores sociais contemporâneos. Ele desenvolveu assim a noção de momento constitutivo, processos e conjunturas normalmente marcados por algum tipo de crise intensa (guerra, mortalidade, depressão econômica aguda) nos quais se produzem os marcos dentro dos quais se enquadrará a luta política e as estruturas sociais de determinada polis pelos próximos anos. Na medida em que um momento constitutivo, em última instância, tem por resultado a modificação do que sobrou das estruturas criadas pelo momento constitutivo anterior, o conceito não prevê a criação de uma estrutura estanque e imutável que a tudo sobredetermina. O caráter mais ou menos transitório de um momento constitutivo é quase autoevidente, mas o seu poder explicativo segue importante por períodos de tempo tão longos quanto a intensidade da reestruturação por eles trazida. A Revolução de 52, por exemplo, seguiu marcando a natureza da disputa política boliviana por pelo menos 30 anos apesar de todos os golpes, contragolpes e reviravoltas que se lhe seguiram. Para uma explicação da importância do conceito na obra de Zavaleta, ver TAPIA, 2002.

estruturais que buscaram desmontar o “Estado de 52” a partir dos anos 1980 e em reação às quais encontram-se parte importante das demandas do processo atual.

Mas há ainda um terceiro elemento importantíssimo na consideração da construção do Estado no país, hoje bastante evidente, mas por muito tempo relegado a segundo plano: o indigenismo. A República crioula inaugurada após a independência excluía sistematicamente os indígenas da vida pública boliviana e a nação era imaginada¹⁷ sem sua presença ainda que estes se constituíssem em maioria populacional. Mas como o Estado dependia ainda fortemente do tributo indígena herdado¹⁸ do período colonial como forma de arrecadação, prevaleceu por muito tempo ainda uma autonomia indígena *de facto* nas terras comunitárias remanescentes que tanto impacto teve na conformação desse engajamento indireto do Estado central com agentes locais descrito por Gray Molina (2008, p. 112). Mas as progressivas tentativas de usurpação das terras comunitárias e sua incorporação ao sistema comercial das *haciendas* também geraram inúmeros momentos de conflito com revoltas indígenas que reavivavam periodicamente nas elites brancas o medo de uma nova conflagração generalizada como o cerco de Tupaj Katari a La Paz¹⁹ que poderia vir a representar seu extermínio físico direto pela maioria populacional indígena.

Essas “revoltas indígenas”, recorrentes durante boa parte do século XIX

¹⁷ Imaginada no sentido proposto por Benedict Anderson em seu magistral *Imagined Communities* (2006).

¹⁸ Imposto cobrado desde a Colônia das comunidades indígenas autônomas cujas terras não haviam sido expropriadas e que mantinham sua organização tradicional em grande medida preservada.

¹⁹ Em 1781, o líder aimará Tupaj Katari liderou junto a sua companheira, Bartolina Sisa, um exército de cerca de 40.000 pessoas que sitiou a cidade de La Paz durante 109 dias em uma importante revolta anticolonial. A memória coletiva do grande cerco indígena é considerada por muitos historiadores como fator explicativo importante de certo medo da elite boliviana, em sua grande maioria embranquecida, de uma iminente jacquerie da maioria indígena contra seus opressores. Ver HYLTON; THOMSON, 2007; THOMSON, 2003.

e início do século XX, não eram, entretanto, explosões de violência irracional como queriam fazer crer essas elites e boa parte da historiografia oficial do período, mas demonstravam frequentemente elevados graus de organização política e coerência com relação a objetivos. Como mostram os historiadores Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007), as revoltas indígenas possuíam na maioria das vezes o claro objetivo de defender a posse e usufruto de terras comunais contra a ameaça de expropriação e chegavam mesmo a recorrer a argumentos legalistas que apelavam a cartas de concessão dos tempos da coroa espanhola. Além disso, na guerra civil entre os conservadores de Sucre e os liberais de La Paz de 1899 que culminou com a vitória dos últimos e a transferência da capital a esta cidade, tropas indígenas lideradas por Pablo Zárate “Willka” aliaram-se ao lado *paceño* sob o comando do coronel José Manuel de Pando e tiveram papel preponderante em sua vitória militar. O “exército índio” havia se integrado à luta em nome de objetivos “modernos” como terminar com a opressão que sofriam em suas comunidades frente a funcionários do governo central e elites econômicas locais e com promessas dos liberais de manutenção dos autogovernos indígenas comunais em uma verdadeira aliança política programática, que no entanto foi traída pelos liberais uma vez terminada a guerra e as principais lideranças indígenas presas e/ou executadas, incluindo o próprio Willka.

Excluído durante bastante tempo da agenda política oficial, é possível de certa forma considerar o indigenismo como uma espécie de rio subterrâneo correndo ao longo da história do país de maneira oculta e que aflora abruptamente em determinados momentos alterando significativamente a paisagem quando o fez. Essa situação começa a mudar lentamente apenas a partir da efervescência política da década de 1920 e após a Guerra do Chaco (1932-35), considerada por muitos como o grande “encontro com a nação” ao colocar lado a lado no fronte de combate a jovens intelectuais da classe média urbano e indígenas de diversas regiões isoladas do país, evidenciando como não fora antes ainda possível a importância da questão indígena e que de uma forma ou de outra passaria a integrar os programas políticos

de grupos à esquerda do espectro até o advento da Revolução de 52. Mas a incorporação da agenda indígena à política boliviana e por consequência ao Estado que se construía se deu em grande medida de forma subordinada e tutelada e mesmo a Revolução com sua massiva reforma agrária buscou subsumir o indígena enquanto tal sob uma identidade camponesa e imaginar a nação em termos de uma mestiçagem homogeneizante.

Foi em reação a essa nova política oficial, que passou a reconhecer a questão indígena em grande medida negando-a, entretanto, que se estruturaram os movimentos conhecidos como Katarismo²⁰ com suas demandas por reconhecimento e organização política autônoma dos indígenas. Embora os primeiros partidos kataristas tenham tido escasso êxito eleitoral, a agenda katarista penetrou a esfera pública boliviana e conseguiu o primeiro reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país com a reforma constitucional de 1994 (ver MÁIZ, 2009) e moldou grande parte da agenda indigenista contemporânea e essa agenda tem, por sua vez, moldado parte significativa dos rumos da estruturação do Estado e da construção nacional na Bolívia de hoje.

Moldado de alguma maneira por influências positivas ou negativas dessas três tradições, o processo de refundação institucional e política em curso carrega, com sua nova Constituição, uma grande virtude: o reconhecimento do pluralismo institucional existente *de facto* com suas formas de legitimidade política de origem não liberal, da institucionalização dos mecanismos de democracia direta como formas de mediação política (ver PÉREZ FLORES ET AL., 2010), bem como o estabelecimento de mecanismos de regulação e coordenação anteriormente inexistentes entre os “furos estatais”,

²⁰ Movimento político-cultural aimará iniciado na década de 1970, buscava a revalorização da cultura e da identidade indígena subsumida na identidade camponesa como política oficial de Estado a partir da Revolução de 1952. O nome katarismo é uma referência ao aimará Tupac Katari, líder de uma revolta anticolonial entre 1780-1. Deu origem a diversos grupos e partidos políticos de importâncias variadas e teve papel fundamental na reconstrução da identidade indígena como fator político na Bolívia.

poderia sentar as bases para a criação dessa esfera pública mais ampla capaz de dotar o Estado boliviano de uma funcionalidade menos “convulsiva”²¹ Certamente não há qualquer garantia de que a constitucionalização desses mecanismos levará necessariamente a uma estabilização política do país, mas dado o fracasso notório da hipocrisia constitucional de prescrever uma lógica única de funcionamento mesmo reconhecendo na prática a mescla de sistemas realmente existente no país, a tentativa não deixa de ser válida e possuir consideráveis chances de sucesso, o que contribuiria significativamente para um processo efetivo de integração regional no continente.

Referências

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Revised ed. London: Verso, 2006.

BARRAGÁN, R. Oppressed or Privileged Regions? Some Historical Reflections on the Use of State Resources. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.83-103. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.

CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. **Towards Democratic Viability: The Bolivian Experience**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

CUNHA FILHO, C. M. 2008, o ano da virada de Evo Morales? **Observador On-line**, v. 3, n. 12. Recuperado de http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/49_observador_topico_Observador_v_3_n_12.pdf, 2008.

CUNHA FILHO, C. M. Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales. In: F. J. C. Parente; F. H. Frota; H. Ferreira Lima (Orgs.); **Dos Andes aos Pampas: Integração e Cenários na América Latina**. p.101-124. Fortaleza: EdUECE, 2010.

²¹ A realização de um referendo revogatório de mandatos em 2008, antes mesmo da constitucionalização do mecanismo (mais um exemplo do pragmatismo legal e do pluralismo institucional efetivo do país), por exemplo, teve importante papel na superação da grave crise política por que passava o país então. Ver CUNHA FILHO, 2008.

DO ALTO, H. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”. Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.21-53. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

DUNKERLEY, J. **Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-82**. London: Verso, 1984.

DUNKERLEY, J. **Bolivia: Revolution and the Power of History in the Present: Essays**. illustrated edition ed. London: Institute for the Study of the Americas, 2007.

GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008a.

GARCÍA LINERA, Á. Empate catastrófico y punto de bifurcación. **Crítica y Emancipación - Revista latinoamericana de ciencias sociales**, v. 1, p. 23-33, 2008b.

GRAY MOLINA, G. The Offspring of 1952: Poverty, Exclusion and the Promise of Popular Participation. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.345-363. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.

GRAY MOLINA, G. State-Society Relations in Bolivia: The Strength of Weakness. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.109-124. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.

GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. Bolívia - A História Sem Fim. **Análises de Conjuntura OPSA**, v. 5. Recuperado de http://observatorio.iuperj.br/pdfs/6_analises_historia_sem_fim.pdf, 2005.

HOFMEISTER, W. Bolivia: la construcción de la democracia y la evolución del proceso político. In: W. Hofmeister (Org.); **Reformas Políticas en América Latina**. p.65-101. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

HYLTON, F.; THOMSON, S. **Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics**. London/New York: Verso, 2007.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Bolivia: Rescuing the New Constitution and Democratic Stability**, Latin America Briefing. Bogotá/Brussels: International Crisis Group, 2008.

KLEIN, H. S. David Toro and the Establishment of “Military Socialism” in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 45, n. 1, p. 25-52. doi: 10.2307/2510530, 1965.

KLEIN, H. S. German Busch and the Era of “Military Socialism” in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 47, n. 2, p. 166-184. doi: 10.2307/2511478, 1967.

KLEIN, H. S. **Historia General de Bolivia**. La Paz: Editorial Juventud, 1984.

KLEIN, H. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.

MÁIZ, R. Indianismo e etnonacionalismo na Bolívia. **Tensões Mundiais**, v. 5, n. 8, p. 12-39, 2009.

MALLOY, J. M. **Bolivia: the uncompleted revolution**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970.

MAYORGA, F. **Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia**. La Paz: Editorial Gente Común, 2007.

MESA GISBERT, C. D. **Presidentes de Bolivia: Entre Urnas y Fusiles**. 4 ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2006.

PACHANO, S. El peso de lo institucional: auge y caída del modelo boliviano. **América Latina Hoy**, v. 43, p. 15-30, 2006.

PÉREZ FLORES, F.; CUNHA FILHO, C. M.; COELHO, A. L. Participación ampliada y reforma del Estado: Mecanismos constitucionales de democracia participativa en Bolivia, Ecuador y Venezuela. **Observatorio Social de América Latina**, v. XI, n. 27, p. 73-95, 2010.

ROCA, J. L. Regionalism Revisited. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.65-82. Pittsburgh University Press, 2008.

ROCHA, M. S. A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). In: **Bolívia: de 1952 ao Século XXI**. p.11-61. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006.

RODRÍGUEZ VELTZÉ, E. The Development of Constituent Power in Bolivia. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.145-159. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2007.

SIVAK, M. **Jefazo - retrato íntimo de Evo Morales**. 4 ed. Buenos Aires: Debate, 2008.

SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (ORGS.). **Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales**, Resistencias y Alternativas. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

TAPIA, L. **La producción del conocimiento local: Historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.

TAPIA, L. Constitution and Constitutional Reform in Bolivia. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.160-171. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.

THOMSON, S. Revolutionary Memory in Bolivia: Anticolonial and National Projects from 1781 to 1952. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.117-134. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.

VARGAS, H.; KRUSE, T. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **Observatorio Social de América Latina**, , n. 2, p. 7-14, 2000.

WHITEHEAD, L. Bolivia's Failed Democratization, 1977-1980. In: G. O'Donnell; P. C. Schmitter; L. Whitehead (Orgs.); **Transitions from Authoritarian Rule: Latin America**. p.49-71. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

WHITEHEAD, L. The Bolivian National Revolution: A Twenty-First Century Perspective. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.25-53. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Insti-

tute of Latin American Studies, 2003.

ZANELLA, C. K.; MARQUES, P. M.; SEITENFUS, R. A. S. A Bolívia No Pêndulo Da História As lições de 1952 instruindo os projetos do século XXI. **Nueva Sociedad**, , n. 209, p. 130-141, 2007.

ZAVALETA MERCADO, R. Las masas en noviembre. In: R. Zavaleta Mercado L. H. Antezana (Orgs.); **Bolívia hoy**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1983.

ZAVALETA MERCADO, R. **Lo nacional-popular en Bolívia**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1986.